

“A FAMÍLIA CRISTÃ RENDE GRAÇAS A DEUS E ÀS GLORIOSAS FORÇAS ARMADAS”: A MARCHA DA FAMÍLIA E A ADESÃO AO GOLPE CIVIL-MILITAR EM ALAGOINHAS-BA

Elisangela Alves Almeida

Mestranda em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais (UNEB)

Bolsista pela CAPES, orientada pelo Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira

E-mail: Eliss.zou2020@outlook.com

Resumo: Trata-se de uma investigação do acontecimento Marcha da Família, com Deus, pela Democracia, realizada no município de Alagoinhas, BA, em 1º de maio de 1964. Considerado pela crítica especializada como uma das ações de legitimação ao golpe civil-militar, em âmbito local, buscamos associá-lo ao contexto histórico brasileiro da década de 1960, marcado por pressões sociais e políticas, no qual as representações anticomunistas resultavam do temor dos setores conservadores ao suposto “perigo bolchevista”, que rondava a soberania nacional. A nossa metodologia considera um conjunto de fontes bibliográficas, jornalísticas, orais e documentais referente à difusão das Marchas da Família na região. Assim, fazemos avançar o estudo das representações e oposições ao ideário comunista, além disso, enfatizamos o desfecho das retaliações que envolveram o golpe civil-militar no município de Alagoinhas.

Palavras-chave: Alagoinhas-BA; Anticomunismo; “Marcha da Família, com Deus, pela Democracia”.

Ao direcionarmos o olhar para o contexto histórico nacional de 1964, reportamos ao 13 de março, quando foi realizado, na Central do Brasil, RJ, o comício a favor das Reformas de Base, pelo então presidente João Goulart (1961-1964), que discursou para uma multidão estimada em 200 mil pessoas. No evento, ele condenou o uso de objetos sagrados contra o programa de combate às desigualdades sociais, referindo-se à má distribuição de terra, tão comum à época. Como mecanismo de defesa, realizou-se, em 19 de março, a “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, na capital paulista, em resposta às propostas reformistas divulgadas no referido discurso. A marcha paulistana foi organizada pela Igreja Católica, por setores da classe média e alta, e, por grupos femininos de oposição ao governo Goulart. Em decorrência dessa iniciativa, diversos movimentos semelhantes tomaram as ruas do país, sobretudo, no cenário do golpe civil-militar (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 272-273).

No município de Alagoinhas, BA, a manifestação foi chamada de “Marcha da Família, com Deus, pela democracia”. E, por ter ocorrido após o 31 de março de 1964, adquiriu o sentido de legitimação ao golpe civil-militar, o que está expressamente visível no convite destinado à população. Segundo informações, inseridas no texto, posto em circulação a partir de 28 de abril do referido ano, a marcha obteve o apoio, tanto de instituições civis e religiosas locais quanto organismos militares, ávidos em divulgar o discurso anticomunista consubstanciado na conjuntura ditatorial recém-instalada¹.

Esta proposta é um encaminhamento do estudo “A Marcha da Família, com Deus, pela Democracia: História, Memória e Esquecimento”, defendido em 2017, na Graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira. Nele, realizamos o mapeamento dos momentos

¹ PROGRAMA da Marcha da Família, com Deus, pela Democracia, 28 abr. 1964. Fundação Iraci Gama (FIGAM). Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas (CENDOMA).

anteriores e precedentes à marcha alagoanhense, conforme o cronograma de metas estabelecido mediante recorte temporal dos anos de 1960-1965. Agora, com projeto aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais (UNEB), financiado pela CAPES, expandimos o período ao ano de 1968, apostando numa investigação profícua, de modo a superar os desafios e as lacunas que não foram possíveis explorar nos limites daquele trabalho.

O conceito de “imaginário”, discutido em diálogo com Laplantine e Trindade (2003), permite-nos tecer considerações a respeito das representações negativas construídas sobre o comunismo, no prenúncio do golpe de 1964. Sobre essa questão, os autores (2003, p. 21) afirmam que

O simbólico se faz presente em toda a vida social, na situação familiar, econômica, religiosa, política, etc. Embora não esgotem todas as experiências sociais, pois em muitos casos, essas são regidas por signos, os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social, é impossível, portanto fora de uma rede simbólica.

Em referência ao impacto provocado pela invocação das imagens simbólicas, representadas no imaginário social, e, por alusão ao anticomunismo, o uso de símbolos disseminou-se na sociedade, criando um ambiente hostil às propostas comunizantes. O poder do simbólico transfigurou-se numa corrente de manifestações públicas direcionadas pelos setores elitistas e abençoadas pela Igreja, em prol do fortalecimento das diretrizes cristãs, que também estavam incumbidas de disseminar certo assombro referente ao devir anticomunista. Efetivamente, o termo anticomunismo se apropria da ótica contrária ao governo de João Goulart, associando o ideal nacional-reformista com uma terrível ameaça à família, à Igreja e à nação brasileira.

O fato do golpe civil-militar de 1964 se referir a um acontecimento nos domínios da chamada História do Tempo Presente, possibilita, vez por outra, o regresso ao centro do debate nacional. Isso aconteceu nas recentes discussões proporcionadas pela Comissão Nacional da Verdade, instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, pela ex-

presidenta Dilma Rousseff, que reivindica a busca por informações sobre os efeitos deixados pela ditadura militar na sociedade brasileira. Cabe salientar o cenário político atual, no qual a extrema direita alçou ao poder através do apoio de grupos conservadores, defensores de uma nova intervenção militar no Brasil.

No tocante à relação entre o conhecimento histórico e os “acontecimentos-monstro” produzidos pelas mídias, Nora (1979, p. 179-180) assinalou que:

A chamada história “contemporânea” tem como base duas imagens: filha degenerada de uma história mais nobre — a da Antiguidade, da Idade Média e dos tempos modernos — e condenada a ir vivendo à sua sombra, soberana, inspiradora de qualquer interrogação sobre o passado, digna do interesse geral, visto que é depositária dos segredos do presente. Nenhuma dessas imagens é completamente falsa.

Essa citação sugere a proximidade entre o acontecimento e o pesquisador não mais como algo danoso à investigação histórica, considerando que durante algum tempo a História do Tempo Presente foi vista com ressalva pela comunidade científica, tese questionada a partir da terceira geração dos Annales (BURKE, 1979). Nesse sentido, trazer à cena o episódio do golpe civil- militar de 1964 aponta para diferentes caminhos às pesquisas realizadas sobre a marcha, revelando, inclusive, as relações de poder, a questão de gênero, as representações simbólicas, a história local, entre outros. Portanto, cabe ao investigador a problematização das fontes acessíveis ao seu tempo, visando a contribuição dos resultados adquiridos para o meio acadêmico e social.

Preocupa-nos, não apenas ratificar a passeata cívica em si, mas a contextualização de um período no qual o Brasil sofria agitações internas, influenciadas por acontecimentos externos inerentes à Guerra Fria. Portanto, interessa destacar no presente trabalho as inquietações referentes a um cenário conturbado da história que apontam para a complexidade dos estudos relacionados ao golpe civil-militar no Brasil. Enumeremos tais questões da seguinte maneira: Qual foi a repercussão do golpe nas regiões afastadas das grandes cidades? A marcha alagoinhense, revela um grande problema no que se refere à elaboração das memórias do golpe no pós-marcha, além disso implica a presença do obstáculo referente às entrevistas realizadas com expoentes da ala esquerdista em evidente silêncio acerca do evento. Outro ponto considerável é o absoluto desinteresse das instituições religiosas sobre sua participação na referida caminhada, o que possibilita alguns questionamentos acerca dos subsídios fornecidos

pela Igreja Católica e demais entidades religiosas para a realização da marcha em Alagoinhas.

A bibliografia seleta privilegia as marchas dos grandes centros urbanos, especificamente, às ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro, deixando tombar no esquecimento as marchas baianas. Para Fico (2004, p. 207-210) de 19 de março a 08 de junho de 1964 ocorreram diversas Marchas da Família com Deus no território brasileiro, em grandes centros urbanos e também nas médias e pequenas cidades. Na cronologia que o autor disponibiliza, aparecem listadas diversas marchas, mas não as que ocorreram em Salvador e Alagoinhas. Vejamos o parecer de Presot (2004, p. 72) acerca disso:

O fato é que pouco se conhece a respeito das marchas para além daquelas ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Após a realização da primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade na capital paulista, a exemplo da narrativa que inicia este capítulo, foram organizadas manifestações em diversas cidades, a princípio, estas se realizavam no interior deste estado, para, em pouco tempo adquirirem abrangência nacional e o estatuto de um autêntico movimento em apoio ao golpe militar, posto que boa parte das marchas ocorreu posteriormente ao 31 de março.

A restrição nos dados indica a necessidade de investigação das marchas ocorridas no Nordeste do país, bem como daquelas que foram realizadas longe dos grandes centros nacionais. Como contribuição ao debate, nosso estudo resgata as potencialidades desses eventos para a história local, atentando, paralelamente, às características próprias de sua ocorrência em diferentes cidades da Bahia.

No que concerne a participação feminina, na marcha de Alagoinhas, podemos confirmar a presença da Profa. Dilce Maia Cerqueira, da juíza da Comarca de Inhambupe, BA, Esther Farani Campos de Cordeiro e da Profa. Dagmar Portela, no evento supramencionado. Por meio das fontes acessadas, percebemos traços de valorização da figura feminina na passeata alagoinhense, como é possível constatar no convite, datado de 28 de abril de 1964. Acrescenta-se o discurso de Esther Farani Cordeiro, oradora oficial da marcha, conforme notícia divulgada no Alagoinhas Jornal de 30 de maio do referido ano. Nas entrevistas concedidas pela Profa. Dilce Maia

Cerqueira, entre os dias 27 e 28 de novembro de 2016, a essa pesquisadora, a depoente afirmou ter tido participação efetiva na organização do evento. No entanto, não é possível informar com precisão a presença maciça das mulheres, devido à escassez de documentos e ao profundo silêncio em torno da marcha, salvo poucos nomes femininos constatados na comissão organizadora; o que se constitui também uma lacuna a ser investigada.

A partir das ressonâncias do modo como a mulher se ocupou do tradicional para agir no espaço público, Perrot (2017, p.146) considera que

Agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. Mas elas têm atuado, e de muitas maneiras, as quais me proponho a abordar. Com frequência apoiam-se em papéis tradicionais, e aí tudo vai bem.

Apesar de se referir às mulheres francesas que lutaram contra a carestia no século XIX, o comentário de Perrot é relevante no sentido de que a ação das mulheres na Marcha da Família ampliou sua participação política, ao tempo em que continuavam exercendo os encargos da vida doméstica. Não por outra razão, isso foi encarado pela elite conservadora como algo aceitável e necessário na medida em que a religião, a pátria, a família e a propriedade privada estariam ameaçadas pela “petulância vermelha”.

Segundo a Profa. Dilce Maia Cerqueira,

Naquele tempo o país estava um tumulto só! Muitas brigas políticas. O presidente sabia que estava errado, mas não queria sair. Ele era comunista e ninguém queria saber de conta com comunistas, que onde governavam era uma desordem total. Me senti forte por ter participado da marcha, e por naquele tempo ser mulher que trabalhava fora. Meu pai e meu marido sempre se orgulharam muito de mim. Particpei, principalmente por ser católica. Diziam que a Igreja seria destruída pelo comunismo e daí como nasci e vou morrer católica, fui defender a minha religião.²

² Dilce Cerqueira Maia. Entrevista realizada pela mestrandia Elisangela Alves Almeida em 28/11/2016.

Nota-se, no depoimento, o resguardo dos valores familiares e a estreita vinculação com a Igreja Católica. Além disso, demonstra satisfação pessoal pelo orgulho paterno e conjugal descrito. A professora faz questão de enfatizar sua participação na marcha, como já assinalado, motivada pela opção religiosa, superior a outras decisões pessoais.

Conforme a matéria divulgada no “Alagoinhas Jornal”, em 30 de maio de 1964, às dezessete horas do dia primeiro do mês, após o desfile da marcha, ocorreram os discursos iniciado por um menino que saudou as Forças Armadas e ofertou flores aos representantes das instituições militares. Em seguida, Esther Farani Campos de Cordeiro tomou a palavra. No encerramento do discurso, após bendizer a bandeira nacional, que, segundo a magistrada, corria o risco de ser trocada pelo “manto vermelho” do comunismo, enfatizou:

Bendita, finalmente é a grande pátria brasileira, que sabe infundir, com tanta profundidade, na alma não só de seus filhos, como também no coração dos que aqui se abrigam, o amor filial, a ponto de mesmo estrangeiros, se de bons sentimentos, congregaram-se em defesa de sua integridade. [...] E, se assim te bendizemos, Mãe Pátria, reprovamos, por ti; desprezamos, por ti; maldizemos, por ti; a sorte do venal e do corrupto, do traidor e do covarde; do assalariado e do interesseiro, que, como Judas, por dinheiro, tenta vender a tua liberdade e do futuro de teus filhos, porque não chega a compreender sequer, a grandeza desta Terra de Santa Cruz- BRASIL.³

A afirmação dos valores cívicos e religiosos por parte de Esther Farani Cordeiro associa-se a elementos do imaginário anticomunista do período, a exemplo, da ameaça estrangeira, ou seja, soviética no Brasil, por isso a retaliação de tudo que procedia do comunismo. A interpretação de Mota (2002, p. 55) permite lançar luzes sobre o discurso proferido pela juíza:

A representação do comunismo como ameaça proveniente do exterior guarda proximidade com os temas “doença” e “infiltração”, pois tratar-se-ia de um corpo estranho, infiltrado no Brasil por agentes estrangeiros. Os comunistas, inimigos externos do país, se infiltrariam na organização social brasileira tal como agentes psicológicos, colocando em risco a integridade da nação.

³ MARCHA da família, com Deus, pela Democracia. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, 30 maio 1964.

Esta pesquisa ainda não pôde detalhar a organização da marcha em Alagoinhas, porém, um aspecto considerável, refere-se à recente investigação realizada no periódico “O Nordeste”, de 22 de agosto de 1954. Com base numa matéria denominada “As Bandeirantes”, o articulista discorre a respeito da fundação de um “Conselho de Distrito de Bandeirantes”, em Alagoinhas, no qual a Profa. Dilce Maia Cerqueira ocupava o cargo de Segunda Secretária, cujo intuito seria o de “formar o caráter das jovens, preparando-as para serem boas mães, boas donas de casa, honrando e contribuindo para a grandeza do Brasil”.⁴

É importante salientar que o documento supracitado exige maiores análises, em face de que precisamos nos deter com precisão sobre a instituição “Bandeirantes”, sobretudo, no desenrolar das suas atividades na cidade de Alagoinhas durante a década de 1950. Assim, é hipoteticamente viável pensar que, por meio de maiores informações, poderemos entender a maneira como as mulheres alagoinhenses se articulavam socialmente pouco antes do golpe civil-militar e como essa articulação teria influenciado a Marcha da Família na cidade.

Entre os autores com publicações a respeito da Marcha da Família, o texto de Ediane Santana (2009), que focaliza a realização da marcha, especificamente, a passeata ocorrida em Salvador, em 15 de abril de 1964, com destaque para a contribuição da deputada baiana Ana Oliveira (1913-1985), do Partido Libertador (PL), aufere a impossibilidade de identificar uma ligação direta entre os organizadores do evento soteropolitano com grupos femininos pertencentes a outros estados da federação. No entanto, o registro de nota no jornal “A Tarde”, do mês de abril de 1964, com a indicação de uma reunião entre mulheres baianas e membros da União Cívica Feminina de São Paulo, carece de análise criteriosa. Examinamos outra edição do jornal “A Tarde”, do mesmo período, que menciona a presença de uma vereadora de São Paulo, com nome não divulgado, que assistiu e parabenizou o sucesso da marcha

⁴ AS Bandeirantes. *O Nordeste*, Alagoinhas, 22 ago. 1954.

soteropolitana. Possivelmente, ela esteve na região para prestigiar o desenrolar das marchas em diversas cidades.⁵

No que tange o manuseio dos documentos analisados, cabe salientar que algumas dessas fontes exigiram uma operação de retorno aos acervos, na busca da articulação entre o problema da pesquisa e as perspectivas de novas evidências acerca da temática a ser analisada. Nesse caso, estamos realizando a leitura e análise de Atas Municipais, nas quais investigamos a repercussão do golpe na cidade e na Câmara Municipal de Alagoinhas. Tratar disso exige debruçarmos no panorama antecedente à marcha, relacionando-o aos bastidores de uma história local, registrada no período das eleições 1960-62, que indicavam a preferência da população alagoinhense aos candidatos da ala esquerdista. Percebe-se, com a leitura rigorosa dessas fontes, que as disputas pelo poder, protagonizadas por grupos de direita e de esquerda, configuraram um dos impactos do golpe em Alagoinhas. Esses embates, oriundos do momento anterior às eleições de 1960, atravessaram a renúncia de Jânio Quadros e as eleições de 1962 até atingir às ações repressivas após 1964, entre elas a cassação de vereadores acusados de ligação com as forças nacional-reformistas. Ressaltamos que as Atas acessadas fazem parte do acervo da Câmara Municipal de Alagoinhas.

Assim considerado, utilizamos também como fonte documental o panfleto de convocação à marcha, de pertencimento à Fundação Iraci Gama (FIGAM). Ademais, uma foto da visita do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco à Alagoinhas, em 23 de novembro de 1965. Essa fotografia faz parte do acervo pessoal da Profa. Normandia Azi Lacerda. No período da graduação, realizamos um total de quatro entrevistas, sempre reiterando o cuidado necessário ao manuseio da história oral. Isso porque, tanto os documentos escritos quanto a produção e a veiculação dos relatos orais, necessitam de certa atenção às fontes levando em consideração a existência do censo comum e a abstinência de opiniões acerca da mesma temática. Decifrar as nuances referentes a essas narrativas constitui-se elemento importante para a reflexão dos variados discursos em determinados contextos.

⁵ A respeito das fontes mencionadas, ainda não foi possível identificar a paginação, bem como a data completa desses jornais. O que será investigado nesse tempo de formação.

Ressaltamos, pois que, estamos revisando os relatos realizados com os depoentes Profa. Iraci Gama Santa Luzia, o jornalista Belmiro Araújo Deusdete, a professora e delegada escolar Dilce Maia Cerqueira e a Profa. Normândia Azi Lacerda. Dentro desse enquadramento, não é aconselhável pensar a fonte oral, apenas como construção da veracidade, muito menos com preconceito, mas a partir da posição ocupada pelas narrativas na memória de determinados grupos sociais. Considerando essa perspectiva, as fontes a serem analisadas constituem-se instrumentos essenciais para o bom andamento da pesquisa.

As reflexões acerca da Marcha da Família realizada na cidade de Alagoinhas, BA, não se esgotam nas que foram trazidas nesse texto, uma vez que contemplamos um cenário propício a novas investigações, diante da permanência do discurso da resistência, que relega à marcha e à participação civil no golpe o status de eventos convenientemente desconhecidos. É relevante atentar para o fato de que os grupos que foram às ruas exigir a renúncia de João Goulart e, logo após, comemoraram o golpe civil-militar, mesmo contribuindo para os novos rumos que tomou o país, a partir do ano de 1964, não poderiam imaginar a instauração de uma ditadura militar no nosso território. Talvez aí esteja a explicação para o silêncio em torno das marchas (inclusive a de Alagoinhas) assim como sobre as questões ainda em aberto acerca do golpe civil-militar e da ditadura no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. **A marcha, o terço e o livro**: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. Revista Brasileira de História, São Paulo, V. 24, nº 47, 2004. p. 275-282.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo. Contexto, 2017.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as donas saem às ruas. In: CARNEIRO, Grimaldo Zachariades (org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.